

■ A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Connor Foley¹

RESUMO

O artigo procura estabelecer parâmetros para uma análise da Missão das Nações Unidas no Congo, com ênfase no papel desempenhado pela *Force Intervention Brigade*. Para tal, faz uma análise histórica sobre The United Nations Organization Mission in the Congo (MONUC), desde 1999, descreve os objetivos de cada fase e conclui sobre as nova estratégias aplicadas pela *Force Intervention Brigade* no contexto da Proteção de Civis (POC).

Palavras-chave: MONUC, Proteção de civis, Força de Intervenção de Brigada

1. INTRODUÇÃO

A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi estabelecida em agosto de 1999 como uma força de observadores pequena e desarmada para monitorar um cessar fogo assinado entre a República Democrática do Congo (RDC), um grupo rebelde e cinco Estados regionais em Lusaka, Zâmbia². O Acordo de Lusaka marcou o fim oficial da Segunda Guerra do Congo, que é, às vezes, conhecida como “Guerra Mundial Africana”, pois esta envolveu nove nações africanas e outros vinte grupos armados. Essa guerra também foi um dos conflitos mundiais recentes mais mortais, que matou seis milhões de pessoas, embora grande parte das mortes tenha sido causada por doenças mais relacionadas ao conflito do que à violência direta.

¹ Professor convidado do Instituto de Relações Internacionais (PUC-Rio)

² Resolução 1258 do Conselho de Segurança da ONU de 06 de agosto de 1999.

O governo autocrático do Presidente Mobutu desde 1965 passou por crescentes desafios no começo dos anos 90, ao mesmo tempo em que a economia decaía e a repressão política crescia. Em consequência ao genocídio de 1994 em Ruanda, dois milhões de hutus ruandeses - incluindo elementos que participaram do genocídio, fugiram para regiões vizinhas de Kivu no Congo oriental. Milícias do poder Hutu começaram a lançar ataques na fronteira desde os campos de refugiados e dos campos de deslocados internos em Ruanda. O novo exército de Ruanda respondeu, fechando campos de deslocados usando a força e matando ao redor de 20.000 pessoas nesse processo³.

Em meados de 1996, o novo governo de Ruanda patrocinou uma rebelião para retirar Mobutu, que tinha ligações muito próximas com o regime anterior, do poder. Laurent Désiré Kabila, ajudado por Ruanda e Uganda, tomou a capital Kinshasa em 1997 e também fechou muitos campos de refugiados através da força. No entanto, relações entre o Presidente Kabila e seus apoiadores estrangeiros deterioraram, e, em julho de 1998, brigas em todo o país eclodiram assim que tropas de Ruanda e de Uganda entraram no país. A criação de um grupo recém-formado, a Aliança Congolesa para a Democracia (RCD, sigla em inglês), foi anunciada e as tropas de Ruanda se prepararam para marchar em Kinshasa em seu apoio. Tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia intervieram em nome do Presidente Kabila, enquanto os grupos de Poder Hutu e as milícias de “autodefesa” Mai-Mai também vieram apoiá-lo. Os ruandeses e a RCD se retiraram em direção à parte oriental da República Democrática do

3 Para mais discussões ler De Waal, Alex, *Famine Crimes: Politics and the Disaster Relief Industry in Africa*, Londres: James Currey, 1997, pp. 204-13; Samantha Power, *Chasing the Flame, Sergio Vieira de Mello and the fight to save the world*, Londres: Penguin Books, 2008, pp.191-222; e Ian Martin, ‘Hard choices after genocide’ em Jonathan Moore, (ed) *Hard Choices, moral dilemmas in humanitarian intervention*, Maryland and Oxford: Rowman & Littlefield, 1998, pp.157-77. Mais gerais: Fiona Terry, *Condemned to repeat? The paradox of humanitarian action*, Ithaca: Cornell University, Press, 2002; Sadako Ogato, *The turbulent decade: confronting the refugee crises of the 1990s*, New York: W. W. Norton & Co., 2005. O apoio que a ACNUR e um grande número de agências humanitárias inicialmente deu para os “assassinos nos campos” e, que logo em seguida, retirou permanece um episódio profundamente controverso.

Congo, enquanto um novo grupo, o Movimento pela Liberação do Congo (MLC, sigla em francês), patrocinado por Uganda, tomou conta da parte nordeste. Kabila foi assassinado em janeiro de 2001 e sucedido por seu filho Joseph.

Lutas por todos os lados continuaram após a assinatura do Acordo de Lusaka e os partidos falharam totalmente na implementação de suas provisões. Em janeiro de 2000, um dos primeiros relatórios da missão advertiu que as forças da ONU “não teriam capacidade de proteger a população civil de ataque armado”⁴. No mês seguinte, o Conselho de Segurança aumentou o efetivo da missão e lhe deu um mandato para Proteção de Civis (POC, sigla em inglês) usando uma linguagem parecida àquela acordada para a missão da ONU em Serra Leoa em outubro passado.

O entendimento amplo da linguagem adotada foi que POC não era a parte principal do mandato, mas que seria necessária sob certas circunstâncias⁵. Um relatório da missão no começo de 2001 enfatizou que as forças da ONU poderiam defender instalações, equipamentos e suprimentos da ONU, mas que elas não seriam capazes de evacuar membros da ONU em risco, tão pouco acompanhar comboios humanitários, ou estender proteção à população local”⁶. Um novo conceito de operações (CONOPS, acrônimo em inglês) em outubro de 2001 enfatizou o monitoramento e a investigação de violações de cessar fogo e o encorajamento do desarmamento, desmobilização, repatriação, reassentamento, e reintegração (DDRRR). Os relatórios da missão não continham quaisquer referências específicas ao POC seja como um

4 Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, S/2000/30 de 17 de janeiro de 2000, para. 67

5 Victoria Holt and Glyn Taylor, *Protecting Civilians in the Context of UN Peacekeeping Operation*, OCHA/DPKO, United Nations, 2009, p.244.

6 6º Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, S/2001/128 de 12 de fevereiro de 2001, para. 77. Resolução 1341 do Conselho de Segurança da ONU de 22 de fevereiro de 2001, na verdade, reduziu o número de tropas desdobradas para dar segurança aos Observadores Militares da ONU.

objetivo ou missão militar, e uma suposição subjacente foi a de que a melhor proteção de civis viria de um sucesso global da missão.

Em maio de 2002, no entanto, as tropas milicianas da RCD-Goma que apoiavam ruandeses em Kisangani massacraram mais de 100 civis durante o processo de acabar com o motim feito por alguns de seus comandantes locais. A MONUC tinha aproximadamente 1.000 tropas na cidade, mas falhou ao opor-se aos massacres ou no envio de tropas para impedir os abusos durante o que a *Human Rights Watch* descreveu com uma “onda de matanças, estupros e saques”⁷. Ataques a civis continuaram ao longo de 2002. Um relatório da missão em junho de 2002 insistiu que, “As tropas da MONUC... não estão equipadas, treinadas ou configuradas para intervir rapidamente para ajudar aqueles que precisam de proteção”⁸, enquanto um relatório especial de setembro não continha referência ao POC⁹. No entanto, o relatório anual seguinte sinalizou que violações de direitos humanos haviam “superado de longe as piores expectativas”, que seus “números e escala ... estão crescendo rapidamente” e que “a situação exige maior proteção de civis sob ameaça iminente de violência física”¹⁰.

As tropas de Ruanda se retiraram oficialmente da RDC em outubro de 2002, enquanto as tropas de Uganda se retiraram em maio de 2003. No entanto, esta última retirada criou um vácuo de segurança em Bunia, o que levou a uma série de massacres que matou centenas e retirou milhares de pessoas de suas casas¹¹. Dois observadores militares da ONU

7 *Human Rights Watch, War crimes in Kisangani: the response of Rwandan-backed rebels to the May 2002 mutiny*, HRW, August 2002.

8 11º Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, S/2002/621 de 05 de junho de 2002, para. 71.

9 Relatório Especial do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, S/2002/1005, de 10 de setembro de 2002

10 12º Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, S/2002/1180 de 18 de outubro de 2002, para 49

11 *International Crisis Group, Africa Briefing, Pulling Back from the Brink in the Congo, Brussels: ICG, 7 July 2004; International Crisis Group, Africa Briefing, Back to the brink in the Congo, Brussels: ICG, 17 December 2004.*

também foram mortos em uma vila próxima e aproximadamente 2.000 civis buscaram refúgio na base da MONUC¹². Um relatório subsequente, feito pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), concluiu que as tropas alocadas naquele local fizeram o que podiam dentro de extremas restrições de suas capacidades e mandato¹³. Um relatório interno do primeiro *Force Commander* da MONUC declarou de maneira contundente que:

Diante de um grupo de assassinos que estavam semeando morte e devastação na cidade, [o contingente] se recusou a reagir abrindo fogo após desafio e de acordo com o mandato de proteger a população e com regras de engajamento bem claras. Ao invés disso, eles continuaram a atirar somente para cima, declarando que somente poderiam atuar sob o Capítulo VII e engajar em combate com prévia autorização de [seu parlamento].¹⁴

Em resposta, a ONU autorizou o desdobramento de uma Força Multinacional Interina de Emergência (IEMF, sigla em inglês) sob a égide da União Europeia¹⁵. A IEMF era bem armada e forneceu apoio aéreo, embora só estivesse autorizada a operar dentro de Bunia, e os massacres continuaram fora da cidade. Ela impôs uma “zona livre de armas” em Bunia e respondeu de maneira agressiva às provocações das milícias. Milhares de deslocados internos (IDPs, sigla em inglês) puderam retornar as suas casas entre junho e agosto de 2003. A responsabilidade pela segurança da região voltou às mãos da MONUC em setembro de 2003, que gradualmente também começou a patrulhar vilas mais remotas.

12 *Letter Dated 16 July 2004 from the Secretary-General Addressed to the President of the Security Council. S/2004/573 of 16 July 2004. pp. 25–26. Ler também Victoria Holt and Glyn Taylor, Protecting Civilians in the Context of UN Peacekeeping Operation, OCHA/DPKO, United Nations, 2009, p.244. O número total de mortes de civis foi de 663.*

13 *Operation Artemis: The Lessons of the Interim Emergency Multinational Force. New York: Best Practices Unit, Department of Peacekeeping Operations, October 2004, p.7.*

14 *End of Tour Report. 31 December 2003, pp. 8-10, cited in Holt and Taylor, 2009, pp.251-2*

15 Resolução 1484 do Conselho de Segurança da ONU de 30 de maio de 2003.